

PERCEPÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA: IMPACTO DO ACESSO AO SISTEMA FINANCEIRO E DE VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

PERCEPTION OF FINANCIAL INCLUSION: IMPACT OF ACCESS OF FINANCIAL SYSTEM AND SOCIOECONOMIC AND DEMOGRAPHIC VARIABLES

ÁREA TEMÁTICA: COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Vanessa Rabelo Dutra, UNIPAMPA, Brasil, vanessarabelodutra@gmail.com

Kelmara Mendes Vieira, UFSM, Brasil, kelmara.vieira@ufsm.br

Mayara de Carvalho Puhle, UFSM, Brasil, puhle.mayara@gmail.com

Ana Elaine Guimarães Fabian, UFSM, Brasil, anaelaine0902@gmail.com

Resumo:

A inclusão financeira é um tema ainda pouco estudado em comparação com as demais dimensões que formam o sistema financeiro, mas não menos importante. A partir disso, buscou-se avaliar como o acesso, o conhecimento financeiro e as variáveis socioeconômicas e demográficas influenciam na percepção da inclusão financeira. Assim, foi realizado uma survey, com um instrumento contendo vinte e oito questões que foram aplicadas em 1137 brasileiros e, com os dados obtidos, houve uma análise por meio de estatísticas descritivas, testes de média e análise de regressão. Os resultados indicam que a inclusão financeira é impactada diretamente pelas variáveis de conhecimento financeiro, acesso ao sistema financeiro e pelos construtos socioeconômicos e demográficos.

Palavras-chave: Inclusão Financeira; Acesso; Conhecimento financeiro.

Abstract:

Financial inclusion is a subject that still has not been studied a lot comparing with the other dimensions that form the financial system, but it is no less important. Therefore, we sought to evaluate how access, financial knowledge, and socioeconomic and demographic variables influence the perception of financial inclusion. Thus, we carried out a survey with an instrument containing twenty-eight questions that applied to 1,137 Brazilians. An analysis was made using descriptive statistics, mean tests, and regression analysis with the data obtained. The results indicate that financial inclusion is directly impacted by the variables of financial knowledge, access to the financial system, and socioeconomic and demographic constructs.

Keywords: Financial Inclusion; Access; Financial Knowledge.

1. INTRODUÇÃO

Com o passar das décadas, a tecnologia e o seu contínuo avanço foram, cada vez mais, se tornando uma parte indispensável da vida na sociedade moderna, estando presente nos

contextos sociais, políticos e econômicos (Pereira & Silva 2012). Dessa forma, compreende-se a denominação “Sociedade da Informação” elaborada pelo sociólogo estadunidense Daniel Bell em 1973, onde propõem-se que a informação é a base da sociedade atual (Bell, 1973). A partir desse termo, torna-se possível entender que houve uma mudança, não só tecnológica, mas social por meio do grande avanço da tecnologia, em que a informação e o conhecimento se tornaram essenciais e comuns em todas as bases da sociedade.

Com isso, compreende-se que a tecnologia está diretamente relacionada ao conhecimento, sendo ela um conjunto de conhecimentos sobre um certo produto ou serviço (Barreto, 1995), conhecimentos esses que permitem o aprimoramento de diversos serviços, sendo um deles o financeiro. Contudo, quando se trata de tecnologias financeiras, ainda hoje há inúmeras pessoas que são excluídas, voluntariamente ou não, do sistema financeiro (Helal & Cunha, 2017; Park & Mercado Jr, 2015; Wilson, 2012).

Por outro lado, o avanço da tecnologia financeira também pode auxiliar a democratizar a informação, contribuindo para a popularização do conhecimento financeiro, fazendo com que os serviços financeiros se tornem mais simples, ágeis e disponíveis a uma população que ainda não se encontra integrada nesse meio, auxiliando para que haja um aumento da inclusão financeira (IF) em uma certa sociedade. Ainda mais, na situação atual, em que por conta da alta disseminação e letalidade do vírus “Covid-19”, a reclusão é necessária e a grande maioria das atividades habituais está sendo realizada remotamente, evidenciando a exclusão financeira existente, principalmente, nos grupos sociais mais desfavorecidos (Bezerra, da Silva, Soares & da Silva, 2020).

A busca pela inclusão financeira é fundamental por conta do entendimento de que a IF é um meio que possibilita o acesso, a disponibilidade e o uso do sistema financeiro por todo os cidadãos presentes em uma economia (Atkinson & Messy, 2013; Grohmann, Klüs & Menkhoff, 2018; Kim, Yu & Hassan, 2018; Park & Mercado Jr, 2015; Sarma, 2008; Sarma & Pais, 2011). Além disso, a IF também contribui para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela Declaração do Milênio das Nações Unidas, tendo em vista a sua importância na diminuição da desigualdade social e da escassez de recursos econômicos, e a relação entre os níveis de exclusão e o crescimento econômico ou a pobreza (Hanning & Jansen, 2010; Kim et al., 2018).

A literatura sobre esse tema aponta que, dentre os possíveis determinantes para a inclusão financeira, a renda e uma educação financeira de qualidade são os principais fatores norteadores (Atkinson & Messy, 2013; Birochi & Pozzebon, 2016; Chibba, 2009; Grohmann et al., 2018; Hanning & Jansen, 2010; Kim et al., 2018; Park & Mercado Jr, 2015; Wilson, 2012). Contudo, existem evidências de que o nível de educação formal e o gênero também influenciam na inclusão no sistema financeiro (Atkinson & Messy, 2013; Birochi & Pozzebon, 2016; Chibba, 2009; Grohmann et al., 2018; Kim et al., 2018).

Nesse sentido, tendo em vista que a educação financeira é um dos principais motivos para haver IF, pode-se conceitua-la como o entendimento adquirido ao longo da vida em relação a assuntos e conceitos financeiros (Delanoy, 2020; Delavande, Rohwedder & Willis, 2008; Huston, 2010; Lusardi, 2009; Lusardi & Mitchell, 2011; Robb, Babiarz & Woodyard, 2012). Além disso, o conhecimento financeiro também contribui para que os direitos e deveres do indivíduo sejam viabilizados, levando ao desenvolvimento de habilidades que auxiliam na realização de decisões financeiramente pensadas e executadas de forma consciente (OECD, 2018, Potrich, 2014; Vieira, Baraglia & Sereia, 2011), evitando a tomada de decisões prejudiciais à saúde financeira pessoal (McKinney, Mukherjee, Wade, Shefman & Breed, 2015).

Assim, há também algumas variáveis que influenciam o nível de conhecimento financeiro sendo elas, principalmente, o gênero, a idade e a escolaridade (Atkinson & Messy, 2013; Danes & Haberman, 2007; Gorla, Magro, Silva, & Nakamura, 2016; Lusardi, Oggero & Yakoboski, 2017; Leal, Santos & Costa, 2020; Lusardi & Mitchell, 2011; OECD, 2013; Potrich, 2014; Potrich, Vieira & Kirch, 2015;). Além disso, a renda, a etnia, a ocupação, a quantidade de dependentes e o estado civil (Atkinson & Messy, 2013; Gorla et al., 2016; Leal et al., 2020; Lusardi et al., 2017; Lusardi & Mitchell, 2011; Potrich et al., 2015) também se relacionam com a educação financeira.

Ademais, entendendo que possuir alguma conta bancária é uma das formas mais comuns de identificar o indivíduo que é incluído no sistema financeiro (Grohmann et al., 2018; Hanning & Jansen, 2010; Helal & Cunha, 2017; Kim et al., 2018; Park & Mercado Jr, 2015), esse estudo inova por buscar compreender a percepção da IF. Diferentemente dos estudos que adotam a premissa de que se o indivíduo possuir, pelo menos, uma conta bancária é considerado incluído no sistema financeiro, neste trabalho busca-se avaliar a inclusão financeira do ponto de vista do cidadão, ou seja, o quanto efetivamente os indivíduos se sentem incluídos no sistema financeiro.

Nesse sentido, a inclusão vai além da ideia de ter pelo menos um acesso mínimo ao sistema financeiro, passando a ser um conceito mais abrangente no qual se avalia a percepção do indivíduo quanto à sua inclusão financeira. Um exemplo prático da existência de diferentes percepções de IF é a situação ocorrida no Brasil com a chegada da pandemia do “Covid-19”. A necessidade do pagamento de um auxílio emergencial a vários cidadãos afetados financeiramente pelo vírus impôs a criação de uma conta bancária digital a milhões de brasileiros que, até então, não possuíam acesso ao sistema financeiro.

Assim, a partir de uma estratégia pública de pagamentos via contas digitais, muitos cidadãos passaram a serem incluídos financeiramente quando se avalia a inclusão pelo critério de posse de pelo menos uma conta bancária (Grohmann et al., 2018; Hanning & Jansen, 2010; Helal & Cunha, 2017; Kim et al., 2018; Park, Mercado Jr, 2015). Entretanto, isso não significa que esses indivíduos passaram a se sentir incluídos no sistema, em exemplo disso é a preferência dessas pessoas em não movimentar a conta digital por meio da tecnologia, optando pelas filas nas agências bancárias a fim de sacar os recursos financeiros concedidos.

Dessa forma, esse estudo se torna necessário por conta da deficiência social que existe atualmente, em que, muitas vezes, a desigualdade social leva a exclusão de cidadãos em diversos âmbitos da nossa sociedade e o sistema financeiro não é uma exceção. Assim, compreender a inclusão financeira do ponto de vista do cidadão é fundamental para o desenvolvimento de melhores políticas de inserção da população no sistema financeiro. Além disso, a existência de uma medida de percepção de inclusão financeira pode, também, ser útil a pesquisadores para a ampliação da discussão dessa temática, a fim de que esse problema seja tratado com a seriedade e dimensão necessárias.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. INCLUSÃO FINANCEIRA

Na literatura não há um consenso em relação ao conceito do termo inclusão financeira (IF), mas há autores que a entendem como o meio que possibilita o acesso, a disponibilidade e o uso do sistema financeiro para todos os cidadãos presentes em uma economia (Atkinson & Messy 2013; Grohmann et al., 2018; Kim et al., 2018; Park &

Mercado Jr, 2015; Sarma, 2008; Sarma & Pais, 2011). Contudo, seguindo a cronologia do objeto de estudo, a IF também foi considerada uma importante forma de diminuir a desigualdade social e a pobreza, tendo como intuito a contribuição para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio (Chibba, 2009; Hanning & Jansen, 2010).

No entanto, diferenciando-se dos conceitos anteriores, os autores Bader e Savoia (2013) entendem que para um sistema ser inclusivo financeiramente é necessária a utilização de serviços financeiros sustentáveis que assegurem o equilíbrio econômico, social e ambiental para a sociedade e os seus agentes econômicos. Além disso, seguindo a ideia inicial de Sarma (2008), os autores Park e Mercado, Jr. (2015) reafirmam que a IF possibilita o acesso de todos ao sistema financeiro, mas acrescentam que há diferença entre excluir-se voluntariamente do sistema financeiro – aqueles que não precisam ou que a sua religião ou cultura os excluem – e ser excluído (involuntariamente) pelo mesmo sistema – aqueles que não apresentam conhecimento financeiro entre outros motivos. Por último, para Ozili (2020) a IF é compreendida como um processo que garante aos indivíduos, principalmente pobres, a oportunidade de acessar os serviços financeiros básicos do sistema financeiro.

Alguns estudos buscaram criar uma medida de inclusão financeira, entre eles o desenvolvido por Sarma (2008), busca criar uma medida para mensurar o IF de um país a partir de amostra de apenas 100 países, em que somente 55 apresentavam dados o suficiente para mensurá-los de forma eficaz, utilizando as três variáveis desejadas pela autora. Outro método para mensurar a inclusão financeira foi proposto por Park e Mercado, Jr. (2015), que criaram uma nova medida para a IF acrescentando outras cinco variáveis à medida de Sarma. Além disso, Sarma e Pais (2011) criaram uma nova forma para mensurar a inclusão financeira, a qual realizava a intersecção das três dimensões apresentadas por Sarma (2008) em conjunto com outras variáveis que estão relacionadas a fatores socioeconômicos, de estrutura física e do sistema bancário. Por último, os autores Kim, Yu e Hassan (2018) elaboraram outra forma de medir a inclusão financeira em um país, em que é utilizada a relação entre a IF e o crescimento econômico no Estado em que a medida será realizada.

Observa-se um consenso entre Atkinson e Messy (2013), Birochi e Pozzebon (2016), Chibba (2009), Grohmann, et al. (2018), Hannig e Jansen (2010), Kim et al. (2018), Park e Mercado, Jr. (2015) e Wilson (2012) em relação às variáveis renda per capita e renda, entendendo que elas influenciam positivamente no nível de IF. Há, também, evidências que ressaltam o papel da educação financeira na contribuição para a alfabetização financeira e, conseqüentemente, na IF, sendo verificado por Atkinson e Messy (2013) e Grohmann, et al. (2018). Ademais, Atkinson e Messy (2013), Grohmann et al. (2018) e Kim et al. (2018) compreendem que mulheres apresentam uma IF menor em relação ao gênero masculino. Por fim, há um consenso entre Kim et al. (2017), Ozili (2020) e Park e Mercado, Jr. (2015) voltado à influência positiva de melhores leis.

No entanto, observa-se, também, controvérsias nas evidências testemunhadas, para Park e Mercado, Jr. (2015) o ensino primário completo e a taxa de alfabetização não são relevantes para a IF, mas Atkinson e Messy (2013), Grohmann et al. (2018) e Kim et al. (2018) entendem que o nível da educação contribui para a IF. Além disso, os autores Hannig e Jansen (2010) ressaltam que a IF contribui para a preservação dos empregos, mas Atkinson e Messy (2013) argumentam que o desemprego gera a exclusão financeira. Por fim, há entendimentos observados apenas por um estudo, como o contemplado por Park e Mercado, Jr. (2015) que a população economicamente dependente interfere negativamente na IF e, por último, Atkinson e Messy (2013) acreditam que a idade das pessoas contribui para não serem incluídos no sistema financeiro.

2.2. CONHECIMENTO FINANCEIRO/EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Do mesmo modo que a IF, o conhecimento financeiro ainda possui divergências em relação a existência de um conceito pré-estabelecido na literatura. Dessa forma, em inúmeros estudos, o conhecimento financeiro foi conceituado, erroneamente, como um sinônimo de alfabetização financeira (Potrich, Vieira & Kirch, 2015), sendo que o último apresenta um significado que ultrapassa a ideia da educação (Huston, 2010; Robb et al., 2012; Potrich et al., 2015), em que o conhecimento financeiro é apenas um dos seus três pilares, juntamente com a atitude e o comportamento financeiro (OECD, 2015).

Inicialmente, Grable e Joo (2006) entendiam o conhecimento financeiro como um elemento do bem-estar financeiro e pessoal, em que a satisfação, o comportamento e as atitudes financeiras do indivíduo qualificavam a sua educação financeira. Em seguida, Danes e Haberman (2007) compreendem que a socialização e a interação em grupos desenvolvem o conhecimento financeiro, pois necessita haver a difusão da informação.

Ademais, o conhecimento financeiro também foi entendido como um capital humano particular que se adquire durante a vida ao aprender sobre assuntos que afetam a capacidade de gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz (Delavande et al., 2008) e compreender sobre as opções de investimento, cálculos numéricos, planejamento para a aposentadoria e o conhecimento em relação a certos conceitos financeiros (Lusardi, 2009; Huston, 2010; Lusardi & Mitchell, 2011), sendo essencial para determinar se o indivíduo é financeiramente alfabetizado (Atkinson & Messy, 2013).

Por último, entende-se também que a educação financeira, por promover o conhecimento sobre o funcionamento e dinâmicas básicas dos mercados financeiros (Delanoy, 2020) e desenvolver habilidades que contribuem para realização de certas decisões, levando a uma boa gestão das finanças pessoais (Potrich, 2014), permite que essas decisões financeiras do cotidiano dos indivíduos financeiramente ativos sejam executadas de forma consciente (OECD, 2018; Vieira et al., 2011). Assim, o conhecimento financeiro evita que sejam tomadas decisões prejudiciais à saúde financeira pessoal (McKinney et al., 2015) contribuindo para que os direitos e deveres do indivíduo sejam viabilizados (Vieira, Potrich & Bressan, 2020).

Dentre os estudos que buscaram criar uma nova medida para mensurar o conhecimento, Lusardi e Mitchell (2011), a fim de compreender o nível da alfabetização financeira, a qual era considerada a habilidade de realizar simples cálculos e o conhecimento em relação aos conceitos financeiros fundamentais, fizeram uma comparação entre os indicadores-chave da capacidade financeira obtidos a partir das respostas das três questões. A OECD (2013) desenvolveu um questionário buscando mensurar o conhecimento financeiro a partir da resolução de oito perguntas que têm como objetivo testar os aspectos do conhecimento financeiro. Outro método foi desenvolvido por Lusardi, Oggero e Yakoboski (2017), criando o P-Fin Index a partir de 28 perguntas referentes a situações financeiras presentes no cotidiano, mede o conhecimento financeiro e a compreensão necessária para uma gestão eficaz das finanças pessoais.

Vieira, Potrich e Bressan (2020) desenvolveram outra forma de mensurar o conhecimento financeiro, sendo por meio de um questionário com 24 itens, em que as questões são avaliadas por níveis de dificuldade utilizando a Teoria de Resposta ao Item (TRI), podendo haver um (1) instrumento ou dividi-lo em três de tamanhos diferentes. Por último, Leal, Santos e Costa (2020) buscaram mensurar o nível de educação financeira identificando o nível real e o da percepção do estudante, sendo aplicado um questionário online que adotou três formas (média real, média percepção do estudante e média geral).

Compreende-se, na literatura, um consenso entre os autores Atkinson e Messy (2013), Gorla et al (2016), Leal et al. (2020), Lusardi et al. (2017) e Potrich, Vieira e Kirch (2015) de que a renda pode influenciar positivamente o nível de educação financeira. Além disso, nos estudos de Grable e Joo (2006), Lusardi et al. (2017) e Lusardi e Mitchel (2011) compreendeu-se que a etnia branca apresenta um nível de conhecimento financeiro superior as demais. Ainda, Gorla et al (2016) e Potrich et al. (2015) observaram que a quantidade de dependentes influencia negativamente no nível de educação financeira. Por último, os trabalhos de Leal et al. (2020) e Lusardi et al. (2017) e Potrich et al. (2015) evidenciaram que estar empregado influencia positivamente no nível de conhecimento.

No entanto, também foram observadas controvérsias. Os autores Atkinson e Messy (2013), Danes e Haberman (2007), Gorla et al (2016), Leal et al. (2020), Lusardi e Mitchell (2011), OECD (2013) e Potrich et al. (2015), entendem que as mulheres possuem um nível de conhecimento financeiro inferior ao dos homens, mas Lusardi et al. (2017) acreditam que não há uma diferença exorbitante entre os gêneros. Além disso, Atkinson e Messy (2013) e Lusardi e Mitchell (2011) acreditam que o nível de educação financeira se encontra maior entre 25 e 65 anos, mas a Leal et al. (2020) e OECD (2013) entendem que a idade influencia negativamente o nível de educação, contudo Gorla et al (2016), Lusardi et al. (2017) e Potrich, et al. (2015), são contrários a última evidência. Ademais, Gorla et al (2016), Lusardi et al. (2017), Lusardi e Mitchell (2011), OECD (2013), Potrich (2014) e Potrich et al. (2015), compreendem que a escolaridade influencia positivamente a alfabetização e educação financeira, no entanto Leal et al. (2020) observaram que o conhecimento financeiro diminui na pós graduação. Por último, Potrich, et al. (2015) observaram que o estado civil influencia positivamente no nível de educação financeira.

3. MÉTODO

Como estratégia de pesquisa foi aplicada a survey, pois para Hair, Black, Babin & Anderson (2010), a pesquisa survey é a mais indicada quando a coleta de dados envolve uma grande amostra de indivíduos. Além disso, a população alvo desse estudo compreende os brasileiros que, segundo a projeção aproximada do IBGE (2020), são 211.439.266 pessoas. Assim, considerando um nível de confiança de 95% e um erro amostral de 3% sobre um tamanho populacional de 211.439.266 habitantes brasileiros, observou-se que seriam necessários, minimamente, 1063 entrevistados para esse estudo.

Assim, o instrumento foi aplicado em onze cidades brasileiras no período de setembro a dezembro de 2019, sendo estruturado em 28 questões as quais foram dispostas a partir de cinco blocos, em que foram distribuídas em questões de múltipla escolha e com régua de 0 a 10.

No primeiro bloco, buscando mensurar o nível de acesso dos entrevistados ao sistema financeiro, os mesmos tinham que responder questões de múltipla escolha que foram originadas do estudo de Vieira, Delanoy, Potrich e Bressan (2020). Dessa forma, essas questões (Q1 a Q4) visam compreender a forma de acesso financeiro por meio do número de produtos utilizados pelos entrevistados, as atividades online que eles utilizam e o relacionamento bancário que é mantido com as instituições monetárias.

Em seguida, é medido o conhecimento financeiro por meio de questões de múltipla escolha que foram originadas do estudo de Potrich et al. (2015). Assim, foram respondidas 12 questões (Q5 a Q16) que buscavam medir o nível do conhecimento financeiro do entrevistado com perguntas sobre a inflação, taxa de juros, valor do dinheiro no tempo, risco, retorno, diversificação, mercado de ações, crédito e títulos públicos. Dessa forma, para ocorrer a determinação desse nível, foi atribuído 1 ponto a cada

resposta correta e 0 para as incorretas, sendo assim, o índice do conhecimento pode variar de 0 – errou todas – a 12 – acertou todas.

No terceiro bloco, é analisada a questão da segurança ao consumidor, no tocante ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Dessa forma, são apresentadas duas perguntas que buscam medir nível de proteção ao consumidor, a primeira (Q17) é de múltipla escolha e a outra (Q18) visa compreender se o cidadão acredita que o FGC é suficiente para proteger certas operações, em que o entrevistado deve marcar entre 0 – nada suficiente – e 10 – totalmente suficiente.

O quarto bloco buscava compreender o nível de inclusão financeira a partir da percepção do próprio indivíduo (Q19), onde os respondentes deviam marcar em uma escala entre 0 – nada satisfeito – e 10 – totalmente satisfeito – a sua satisfação com a sua inclusão financeira. No último bloco, estão as questões referentes ao perfil do cidadão (Q20 a Q28), identificando sexo, idade, estado civil, etnia, nível de escolaridade, número de dependentes, tipo de moradia, ocupação e informações sobre a renda do respondente.

A fim de atingir o objetivo desse estudo, foram aplicadas estatísticas descritivas, e análise de regressão, sendo adotado o software SPSS 20.0® para o processamento dos dados obtidos nesse estudo. A análise de regressão foi aplicada para verificar o impacto dos níveis conhecimento financeiro, de acesso e das variáveis socioeconômicas e demográficas na sociedade brasileira.

Assim, a partir dos testes Kolmogorov Smirnov (KS) e Pesarán-Pesarán, verificou-se a normalidade e homoscedasticidade dos resíduos. Além disso, para avaliar as variáveis independentes na análise de multicolinearidade, utilizou-se o fator de inflação da variância (FIV), o qual é utilizado caso haja um previsor que apresente um forte relacionamento linear com os demais. Por fim, as variáveis dependentes foram as medidas de acesso e de conhecimento financeiro, sendo calculadas por meio das médias ponderadas pelas cargas fatoriais das variáveis formadoras das escalas e, para a variável independente utilizou-se a inclusão financeira, calculada conforme a metodologia proposta.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O questionário foi aplicado entre setembro e dezembro de 2019, obtendo 1063 instrumentos válidos, os quais foram respondidos por pessoas maiores de 18 anos e distribuídos por todo o Brasil. No estudo, é possível observar as respostas que descrevem o perfil dos respondentes, caracterizando a amostra a partir de variáveis socioeconômicas e demográficas, sendo consideradas pela literatura um importante preditivo para compreender a inclusão financeira, o acesso e o conhecimento financeiro.

Verifica-se que 51,6% tem idade de até 25 anos, o que representa um perfil de jovens respondentes. Quanto ao sexo, 51,5% dos respondentes são do masculino e 48,5% do feminino. A amostra possui uma maioria de etnia branca, correspondendo a 75,8%, em que apenas 3 pessoas se declararam indígenas. Em relação ao nível de escolaridade dos questionados, a maioria dos respondentes declararam terem completado os níveis de ensino médio (31%) e ensino superior (37,7%) e, 11,9% possuem a pós-graduação. Dentre as 1063 respostas, apenas 24 pessoas (2,1%) declararam possuírem o ensino fundamental incompleto.

Ademais, 68,5% dos respondentes não possuem dependentes, 33% residem em casa alugada, 20% não trabalham e 18,6% não possuem renda própria, o que pode ser explicado pelo público jovem de respondentes. Em relação as demais ocupações, 23,5%

são funcionários públicos e 20,4% são empregados assalariados e, sobre a residência, a maioria possui casa própria (52,7%). No quesito faixa de renda média mensal própria, 36,1% recebem até R\$ 1996,00 e 3,8% dos respondentes declararam possuir renda superior a R\$ 11.976,00 mensal.

Em relação ao conceito de inclusão financeira, na literatura é comum o entendimento de que possuir alguma conta bancária identifica quem é incluído no sistema (Grohmann et al., 2018; Hanning & Jansen, 2010; Helal & Cunha, 2017; Kim et al., 2018; Park & Mercado Jr, 2015), mas, muitas vezes, essa concepção negligencia as diferenças sociais e econômicas dos indivíduos. Assim, busca-se compreender a inclusão financeira do ponto de vista do cidadão, o quanto efetivamente o próprio indivíduo se sente incluído no sistema financeiro, sendo apresentada a resposta dos entrevistados no Gráfico 1.

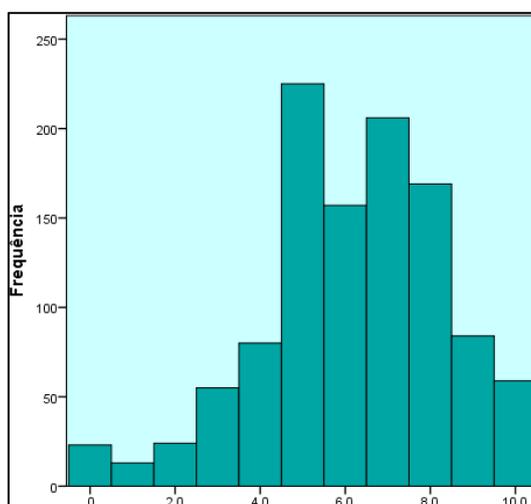


Gráfico 1 – Histograma da percepção de Inclusão Financeira

Ao analisar a percepção da inclusão financeira, verificou-se uma média de 6,12, em que o desvio padrão foi igual a 2,3, indicando que os indivíduos possuem uma percepção intermediária de inclusão no setor financeiro. Ainda, verificou-se que 38,3% dos entrevistados apresentaram percepção igual ou inferior a 5 e 25,5% apresentam percepção superiores a 8, explicitando que a maioria da população não se considera realmente incluído no sistema.

Ademais, na Tabela 1 é possível observar as variáveis de acesso ao sistema financeiro (número de produtos, atividades online, canais de atendimento e relacionamento bancário).

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Número de produtos	Sem produtos	15	1,3
	1 ou 2 produtos	452	39,8
	3 ou 4 produtos	493	43,4
	5 ou 6 produtos	145	12,8
	7 ou mais produtos	32	2,8
Atividades online	Sem atividade	128	11,3
	1 atividade	84	7,4
	2 atividades	164	14,4
	3 atividades	171	15
	4 ou mais atividades	590	51,9
Canais de atendimento	Sem canais	11	1
	1 canal	128	11,3
	2 canais	149	13,1
	3 canais	225	19,8
	4 ou mais canais	624	54,9
Relacionamento bancário	Sem relacionamento	17	1,5
	1 relacionamento	447	39,8
	2 relacionamentos	401	35,7
	3 relacionamentos	185	16,5
	4 ou mais relacionamentos	72	6,4

Tabela 1 – Variáveis de acesso: número de produtos, atividades online, canais de atendimento e relacionamento bancário

A fim de verificar o impacto das variáveis de acesso ao sistema financeiro (número de produtos, atividades online, canais de atendimento e relacionamento bancário) na percepção de inclusão financeira, foi aplicada uma análise de regressão múltipla, com o método dos mínimos quadrados ordinários.

Assim, entendeu-se que 83,2% dos respondentes utilizam de 1 a 4 produtos financeiros, em que apenas 1,3% deles não lidam com qualquer produto e 51,9% realizam 4 ou mais atividades online. Ademais, 54,9% utilizam 4 ou mais canais de atendimento e 75,5% dos entrevistados possuem 1 ou 2 relacionamentos bancários. A partir disso, entende-se que a maioria dos respondentes possuem um contato fixo com o sistema financeiro, o que resultaria em uma possível inclusão financeira dessas pessoas.

A fim de compreender o nível de conhecimentos básicos em relação aos instrumentos financeiros, foram realizadas uma série de perguntas que parte de conhecimento básico até o mais avançado. As questões e a frequência de respostas corretas e incorretas, juntamente com as que os entrevistados não souberam responder estão apresentados da Tabela 2.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Suponhamos que você coloque R\$ 100,00 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito, nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?	R\$ 98,00.	6	0,5
	R\$ 100,00.	10	0,9
	R\$ 102,00.*	914	81,2
	R\$ 120,00.	101	9
	Não sei.	94	8,4

Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.	Mais do que hoje.	74	6,6
	Exatamente o mesmo.	36	3,2
	Menos do que hoje.*	809	72,6
	Não sei.	196	17,6
Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?	Poupança.	13	1,2
	Ações.*	894	79,9
	Títulos públicos.	38	3,4
	Não sei.	174	15,5
Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:	Aumenta.	122	10,9
	Diminui.*	814	72,9
	Permanece inalterado.	23	2,1
	Não sei.	158	14,1
Suponha que você realizou um empréstimo de R\$10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:	0,3%.	13	1,2
	0,6%.	150	13,5
	3%.	12	1,1
	6%.*	775	69,6
	Não sei.	164	14,7
Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?	Comprar na loja A (desconto de R\$ 150,00).*	1034	91,7
	Comprar na loja B (desconto de 10%).	37	3,3
	Não sei.	54	4,8
Imagine que você tenha recebido uma doação e que guardará o dinheiro no seu cofre em casa. Considerando que a inflação é de 5% ao ano, após um ano você será capaz de comprar:	Mais do que compraria hoje.	44	3,9
	Menos do que compraria hoje.*	916	81,5
	A mesma quantidade do que compraria hoje.	48	4,3
	Não sei.	116	10,3
Suponha que você pegasse emprestado R\$ 100,00 de um amigo e após uma semana pagasse R\$ 100,00 (cem reais). Quanto de juros você está pagando?	0%.*	1064	94,7
	1%.	7	0,6
	2%.	10	0,9
	Não sei.	43	3,8
Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:	Verdadeira.*	841	75,5
	Falsa.	114	10,2
	Não sei.	157	14,1
Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe. Essa afirmação é:	Verdadeira*	1008	89,9
	Falsa.	65	5,8
	Não sei.	45	4

José adquire um empréstimo de R\$ 1.000,00 que tem a taxa de juros de 20% ao ano composto anualmente. Se ele não fizer pagamentos do empréstimo e a essa taxa de juros, quantos anos levaria para o montante devido dobrar?	Menos de 5 anos.*	580	52,7
	De 5 a 10 anos.	303	27,5
	Mais de 10 anos.	29	2,6
	Não sei.	189	17,2
É possível reduzir o risco de investir no mercado de ações, comprando uma ampla gama de ações. Esta afirmação é:	Verdadeira.*	563	50,9
	Falsa.	267	24,1
	Não sei.	272	24,6

* Resposta Correta

Tabela 3 – Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro

A partir da análise das respostas sobre as questões como taxa de juros simples e composto, valor do dinheiro no tempo e operações matemáticas simples, identificou-se que, em sua maioria, mais de 70% dos entrevistados acertaram as questões iniciais, o que resulta na sua classificação como questões de fácil entendimento. Contudo, as duas últimas perguntas possuem uma compreensão diferente, por apresentarem altos índices de respostas erradas e “Não sei.”, podendo categorizá-las como médias ou difíceis. Principalmente, a última questão que abordava a diversificação de investimentos, em que 24,1% responderam erroneamente e 24,6% não souberam responder.

Buscando medir o nível de conhecimento do indivíduo, foi avaliado o número de acertos por respondente (Chen & Volpe, 1986) e, também, por meio do nível de cada questão (Vieira et al., 2020). Assim, caso o entrevistado tenha um número de acertos entre 0 e 6, será classificado com baixo nível de conhecimento, entre 7 e 9 possuirá um conhecimento intermediário e de 10 a 12 acertos, terá um entendimento financeiro alto. Outra forma de avaliar o nível de conhecimento é a partir do próprio nível da questão, em que as questões 5, 6, 8 e 10 são básicas, as perguntas 1, 2, 3, 7 e 9 são intermediárias e os tópicos 4, 11 e 12 possuem alto nível. Com isso, observa-se na Tabela 3 o número de acertos dos entrevistados.

Acertos	Frequência	Percentual
0	17	1,5
1	13	1,1
2	12	1,1
3	28	2,5
4	30	2,6
5	39	3,4
6	58	5,1
7	85	7,5
8	115	10,1
9	136	12,0
10	175	15,4
11	209	18,4
12	220	19,3

Tabela 3 – Nível de Conhecimento Financeiro dos Entrevistados

Segundo Chen e Volpe (1998) é possível compreender que 17,3% dos respondentes possuem um baixo nível de conhecimento, 27,6% estão no nível médio e 53,1% dos entrevistados encontram-se no nível alto de conhecimento financeiro. Ademais, seguindo Vieira et al. (2020) e fazendo uma média aritmética entre as porcentagens das respostas certas, entende-se que 86,5% dos respondentes acertaram as questões de baixo nível de conhecimento financeiro, 78,1% as de nível intermediário e 58,8% dos entrevistados

responderam corretamente as perguntas de alto nível de conhecimento. Portanto, é possível entender que a maioria dos respondentes possuem um nível alto de conhecimento financeiro. No gráfico 2, compreende-se a percepção do conhecimento financeiro dos entrevistados.

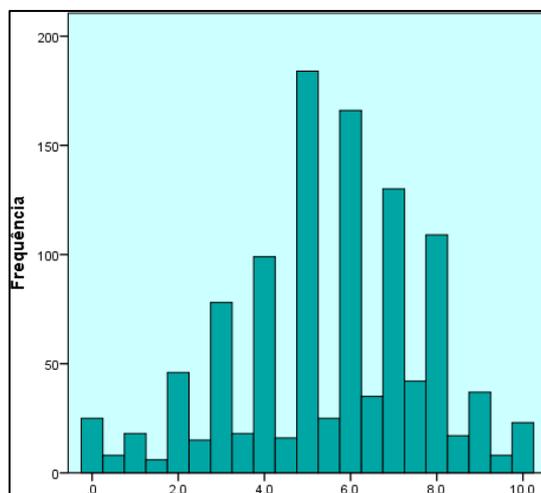


Gráfico 2 – Histograma da percepção do Conhecimento Financeiro

Assim, ao analisar a percepção do conhecimento financeiro, verificou-se uma média de 5,5, indicando que os indivíduos possuem uma percepção intermediária em relação ao seu conhecimento financeiro. Além disso, é possível observar que 46,5% dos respondentes apresentam uma percepção igual ou inferior a 5 e 17,5% acreditam possuir uma percepção igual ou superior a 8, evidenciando que a maioria da população não acredita possuir conhecimento sobre o sistema financeiro.

Dessa forma, relacionando a percepção do conhecimento financeiro juntamente ao número de acertos analisados anteriormente, compreende-se que há uma discordância em relação a essas duas variáveis. Como resultado, quase 50% dos entrevistados não acreditam que seu conhecimento seja superior a 5, em uma escala de 0 a 10, mas mais de 50% deles conseguiram responder as perguntas que necessitam de um alto nível de conhecimento para serem respondidas.

5. OS DETERMINANTES DA PERCEPÇÃO DE INCLUSÃO FINANCEIRA

Neste estudo realizou-se a análise de regressão linear múltipla, tendo como variável dependente a percepção de inclusão no sistema financeiro e como variáveis independentes o número de produtos utilizados pelo cidadão, as atividades online, os canais de atendimento utilizados, o relacionamento bancário, o conhecimento financeiro e as variáveis socioeconômicas e demográficas. Por meio do teste F (valor 9,509 e sig<0,001) é possível identificar que pelo menos uma das variáveis independentes relaciona-se com a variável dependente e que o modelo está bem ajustado. Por esse modelo, o número de produtos, as atividades online, o conhecimento financeiro e a *dummy* sexo explicam 5% da percepção de inclusão financeira (Tabela 4).

Percepção de Inclusão Financeira	Coefficiente	Erro Padrão	Beta	t	p-valor	
Número de produtos	0,324	0,102	0,112	3,191	0,001	**
Atividades Online	0,149	0,059	0,090	2,513	0,012	*
Canais de Atendimento	-0,088	0,077	-0,040	-1,138	0,256	
Relacionamento Bancário	0,047	0,081	0,019	0,578	0,563	
Conhecimento Financeiro	0,069	0,028	0,081	2,487	0,014	*
Sexo	0,332	0,142	0,072	2,335	0,020	*
Constante	4,093	0,355		11,536		
R ²	0,050					
R ² ajustado	0,048					

Nota: ** significativo a 1%; * significativo a 5%

Tabela 6 – Resultados da regressão para a variável dependente Percepção de Inclusão Financeira

Ao analisar os determinantes da percepção de inclusão financeira, verificou-se que os coeficientes são significativos, ao nível de 5%, para as variáveis número de produtos, atividades online, *dummy* sexo e nível de conhecimento financeiro. O número de produtos (coeficiente 0,112 e sig 0,01) e as atividades online (coeficiente 0,09 e sig 0,012) influenciam positivamente na percepção de inclusão financeira, ou seja, os indivíduos que utilizam um número maior de produtos e realizam mais atividades online, percebem-se como mais incluídos no sistema financeiro.

O nível de conhecimento (coeficiente 0,081) também impacta direta e positivamente na percepção de inclusão. Isso significa que quanto maior o nível de conhecimento financeiro, maior a percepção de inclusão financeira dos cidadãos. Ressalta-se que as variáveis canais de atendimento e relacionamento bancário não influenciam na percepção de inclusão.

A *dummy* sexo (coeficiente -0,073), indica que os homens se percebem como mais incluídos no sistema em relação às mulheres. Esses achados corroboram com os estudos de Atkinson e Messy (2013), Grohmann et al. (2018) e Kim et al. (2018), Devlin (2005); Hogarth, Anguelov e Lee (2005); Hogarth e O'donnell (2000) que afirmaram que mulheres são mais propensas a serem excluídas financeiramente. De forma similar, esses resultados evidenciam que as mulheres tem menor percepção de inclusão financeira. Para a verificação da normalidade e homoscedasticidades dos resíduos utilizou-se, respectivamente, o teste Kolmogorov- Smirnov (sig 0,023) e o teste Pesarán-Pesarán (sig 0,792), os quais indicam que os resíduos são não normais e homoscedásticos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo permitiu verificar a influência do nível de conhecimento financeiro, do acesso e de variáveis socioeconômicas e demográficas na percepção da inclusão financeira da população brasileira, compreendendo, amplamente, o quanto o indivíduo realmente se sente incluído no sistema financeiro do Brasil. A partir disso, observou-se que ainda hoje há uma deficiência social em relação a inclusão financeira dos indivíduos, tendo em vista que os próprios entrevistados não se consideravam incluídos (média 6,12) e muito menos educados financeiramente (média 5,5), mesmo a maioria possuindo um nível de conhecimento alto e acessando o sistema bancário.

Assim, entende-se que possuir alguma conta bancária não contribui para sentirem-se incluídos no sistema financeiro, sendo necessário o desenvolvimento de melhores políticas públicas para que essa inserção ocorra. Dessa forma, ao identificar como a população percebe-se nesse sistema, agentes financeiros podem entender melhor as demandas e necessidades de seus atuais e futuros clientes. Ademais, gestores públicos

poderão avaliar a efetividade das políticas públicas de inserção da sociedade no sistema financeiro e, ainda, identificar quais são os perfis mais propícios a se sentirem incluídos após a adoção de estratégias de ampliação da inclusão, até mesmo por meio da inclusão financeira digital.

Nesse sentido, compreender a relevância de um sistema financeiro inclusivo é amplamente reconhecida no círculo de políticas e a inclusão financeira é vista como uma prioridade política em muitos países, pois pode facilitar a alocação de recursos e, portanto, pode potencialmente reduzir o custo do capital. Além disso, o acesso a serviços financeiros adequados pode melhorar significativamente a gestão diária das finanças, contribuindo para a redução de fontes informais de crédito (Delanoy e Vieira, 2020).

Portanto, essa pesquisa ofereceu uma contribuição teórica aos estudos realizados até o momento e aos que ainda serão desenvolvidos, tendo em vista o foco na análise da percepção do cidadão. Além disso, espera-se que esses resultados sirvam como instrumento de auxílio na promoção de políticas públicas que promovam a inclusão financeira da população, para que os indivíduos se sintam incluídos nesse sistema.

Como limitações, compreende-se que a pesquisa ainda necessita de validações interculturais para que seja aplicada em outros países ou nas diversas regiões do próprio país. Assim, pesquisas futuras podem seguir esse caminho, ou se dedicarem a avaliar a inclusão financeira do ponto de vista do acesso físico às agências bancárias.

REFERÊNCIAS

- Atkinson, A., & Messy, F. A. (2013). Promoting financial inclusion through financial education: OECD/INFE evidence, policies and practice. *OECD publishing*, 34, 1-55.
- Bader, M., & Savoia, J. R. F. (2013). Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 53(2), 208-215.
- Barreto, A. A. (1995). A transferência de informação, o desenvolvimento tecnológico e a produção de conhecimento. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, 1(2).
- Bell, D. (1973). *O advento da sociedade industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix.
- Bezerra, A., da Silva, C., Soares, F., & da Silva, J. (2020). Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(suppl 1), 2411-2421.
- Birochi, R., & Pozzebon, M. (2016). Improving financial inclusion: Towards a critical financial education framework. *Revista de Administração de Empresas*, 56(3), 266-287.
- Chen, H., & Volpe, R. (1998). An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. *Financial Services Review*, 7(2), 107-128.
- Chibba, M. (2009). Financial inclusion, poverty reduction and the millennium development goals. *The European Journal of Development Research*, 21(2), 213-230.
- Danes, S. M., & Haberman, H. R. (2007). Teen financial knowledge, self-efficacy, and behavior: A gendered view. *Financial Counseling and Planning*, 18(2), 48-60.
- Delanoy, M. (2020). *Percepção de cidadania financeira: proposição de uma medida* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

- Delavande, A., Rohwedder, S., & Willis, R. J., (2008). Preparation for Retirement, Financial Literacy and Cognitive Resources. *Michigan Retirement Research Center Research Paper*, (2008-190).
- Devlin, J. F. A Detailed Study of Financial Exclusion in the UK. (2005). *Journal of Consumer Policy*, 25, 75-108.
- Gorla, M., Magro, C., Silva, T., & Nakamura, W. (2016). A Educação Financeira do Estudantes do Ensino Médio de Rede Pública Segundo Aspectos Individuais Demográficos e de Socialização. *Anais do International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 16.
- Grable, J. E., & Joo, S. H. (2006). Student racial differences in credit card debt and financial behaviors and stress. *College Student Journal*, 40(2), 400-408.
- Grohmann, A., Klühs, T., & Menkhoff, L. (2018). Does financial literacy improve financial inclusion? Cross country evidence. *World Development*, 111, 84-96.
- Hanning, A., & Jansen, S. (2010). *ADB Working Paper Series*. Asian Development Bank Institute, 259, 1-33.
- Hair, J. R., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate Data Analyses* (7th ed). New Jersey: Pearson.
- Helal, S., & Cunha, M. da (2017). Microcrédito: origens, pobreza e exclusão bancária no Brasil. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(3), 293-303.
- Hogarth, J. M., Anguelov, C. E., & Lee, J. (2005). Who has a bank account? Exploring changes over time, 1989-2001. *Journal of Family and Economic Issues*, 26(1), 7-30.
- Hogarth, J. M., & O'Donnell, K. H. (2000). If you build it, will they come? A simulation of financial product holdings among low-to-moderate income households. *Journal of Consumer Policy*, 23(4), 409-444.
- Huston, S. J. (2010) Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296-316.
- IBGE (2020). Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação
- Kim, D. W., Yu, J. S., & Hassan, M. K. (2018). Financial inclusion and economic growth in OIC countries. *Research in International Business and Finance*, 43, 1-14.
- Leal, S., Santos, D., & Costa, P. (2020). Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. *Revista de Casos e Consultoria*, 11(1)
- Lusardi, A. (2009). The importance of financial literacy. *NBER Reporter*, 2, 13-16.
- Lusardi, A., & Mitchel, O. S. (2011). Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), 509-525.
- Lusardi, A., Oggero, N., & Yakobosku, P. (2017). The TIAA Institute-GFLEC Personal Finance Index: A New Measure of Financial Literacy. *Global Financial Literacy Excellence Center*.
- McKinney, L.; Mukherjee, M.; Wade, J.; Shefman, P.; Breed, R. (2015). Community College Students' Assessments of the Costs and Benefits of Borrowing to Finance Higher Education. *Community College Review*, 43(4), 329-354.
- Organisation for economic co-operation and development (OECD, 2013) Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. *OECD Publishing*. Recuperado em 20 de abril, 2021, de http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf .

- Organisation for economic co-operation and development (OECD, 2015) Toolkit for measuring financial literacy and financial inclusion. Recuperado em 20 de abril, 2021, de https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2015_OECD_INFE_Toolkit_Measuring_Financial_Literacy.pdf
- Organisation for economic co-operation and development (OECD/INFE, 2018) Toolkit for measuring financial literacy and financial inclusion. Recuperado em 20 de abril, 2021, de <https://www.oecd.org/financial/education/2018-INFE-FinLit-Measurement-Toolkit.pdf>
- Ozili, P. K. (2020). Financial inclusion research around the world: A review. *Forum for social economics*, 1-23.
- Park, C. Y., & Mercado Jr., R. (2015). Financial inclusion, poverty, and income inequality in developing Asia. *Asian Development Bank Economics Working Paper Series*, (426).
- Pereira, D., & Silva, G. (2012). As tecnologias de informação e comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*, 7(10).
- Potrich, A. (2014). *Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- Potrich, A., Vieira, K., & Kirch, G. (2015) Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 362-377.
- Robb, C. A., Barbiarz, P., & Woodyard, A. (2012). The demand for financial professionals' advice: The role of financial knowledge, satisfaction, and confidence. *Financial Services Review*, 21(4).
- Sarma, M. (2008). Index of financial inclusion. Working paper. *Indian Council for Research on International Economic Relations*, (215).
- Sarma, M., & Pais, J. (2011). Financial inclusion and development. *Journal of international development*, 23(5), 613-628
- Vieira, K., Delanoy, M., Potrich, A., & Bressan, A. (2020). Financial Citizenship Perception (FCP) Scale: proposition and validation of a measure. *International Journal of Bank Marketing*, 39(1), 127-146.
- Vieira, K., Potrich, A., & Bressan, A. (2020). A proposal of a financial knowledge scale based on item response theory. *Journal of Behavioral Experimental Finance*, 28.
- Vieira, S. F. A., Bataglia, R. T. M., & Sereia, V. J. (2011) Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. *Revista de Administração da Unimep*, 9(3), 61-86.
- Wilson, T. A. (2012). Supporting social enterprises to support vulnerable consumers: the example of community development finance institutions and financial exclusion. *Journal of consumer policy*, 35(2), 197-213.